

Luiz Alberto Amaral Manfredini

O literato comunista

[Por Tomás Barreiros]

Nascimento: 27 de fevereiro de 1950, em Curitiba

Filiação: Javert Manfredini e Emília Amaral Manfredini

Estado civil: desquitado

Formação: ensino médio

Atividade atual: aposentado como funcionário público (jornalista) do Governo do Paraná, *freelancer*, escritor

Ele é comunista. A palavra que para alguns tem o sentido de um “palavrão” não encontra em Luiz Alberto Amaral Manfredini a confirmação de estereótipos quiçá presentes em mentes mais “binárias”. Hoje aposentado como jornalista, Manfredini é homem de letras, que escreve ficção e não-ficção. Filho de um bancário (Javert Manfredini) e uma dona de casa (Emília Amaral Manfredini), diz-se autodidata. Garante que teve uma infância maravilhosa, sem violência e com muitos sonhos – para ele, o melhor de uma infância bem vivida é isto: a liberdade da fantasia.

Desse período, tem boas recordações, e a principal delas diz respeito às primeiras intenções literárias que dividiu com seu meu melhor amigo: Wilson Bueno, o depois conhecido escritor, morto em 2010. “Brincávamos na Rua Augusto Stelfeld e fazíamos fantasias literárias”, conta Manfredini. Em 1960, quando ele tinha dez anos, e Bueno, onze, fizeram o jornal *O Rui Barbosa*, mimeografado na Biblioteca Pública do Paraná – um jornal literário com um único exemplar. Assim foi o início de ambos nas aventuras literárias. Três anos depois, com Wilson e outros amigos, fundou o Centro Juvenil de Letras do Paraná e passou a publicar poemas e crônicas nos jornais *Correio do Paraná* e *Diário Popular*, hoje extintos. Escrevia compulsivamente e enviava cartas para escritores. Chegou a receber, autografado pelo autor, um exemplar de “Os velhos marinheiros”, de Jorge Amado.

Manfredini estudou no Grupo Escolar Alba Guimarães Plaisant, anexo ao Instituto de Educação. Fez o curso Tuiuti (embrião da faculdade) para preparar-se para o Colégio Militar de Curitiba, onde estudou o ginásial e metade do primeiro ano do segundo grau. Abandonou então os estudos, só retomados no início dos anos 1980.

O Colégio Militar, conta Manfredini, era um pouco colégio, um pouco quartel. Por vezes, mais quartel do que colégio. Os alunos, a um só tempo estudantes e soldados, às vezes mais soldados que estudantes, eram submetidos à rígida disciplina militar. O grêmio estudantil chamava-se Sociedade Literária Riachuelo e dedicava-se basicamente a atividades sociais e de recreação. Junto com alguns amigos, Manfredini começou a politizar o grêmio. O Colégio tinha uma célula da Ação Popular, movimento de esquerda ao qual Manfredini havia aderido. Acabou abandonando o

Colégio por não ver sentido em fazer movimento estudantil lá dentro. Certa vez, tentaram publicar um jornal entrevistando o músico Geraldo – andré, autor da canção “Pra não dizer que não falei das flores”, tida então como um hino da oposição ao regime militar. O jornal não saiu, foi censurado pela direção.

Quando foi orador da turma do ginásio, em 1966, fez um discurso de tom esquerdista. O comandante do Colégio, um coronel, chamou-o para conversar, dizendo que o discurso pacifista era interessante, mas as nações tinham que se armar para garantir a paz. Manfredini ressalta que as manifestações no colégio não eram reprimidas. Diz que havia na instituição certa compreensão quanto à rebeldia juvenil, mesmo com tonalidades de esquerda, contraditoriamente ao panorama nacional.

A militância

Engajado na Ação Popular, Manfredini tornou-se “estudante profissional”. Passou o segundo semestre de 1967 fazendo política estudantil. Entrou no Colégio Hildebrando de Araujo, dirigido por Stalin Passos, irmão de Lenin Passos, cujo pai, conforme se pode depreender dos nomes dos irmãos, era comunista. Uma semana depois de entrar no colégio, foi alertado de que o Exército havia estado lá à sua procura – por isso, abandonou a instituição de ensino. Quando retomou os estudos, já no início dos anos 1980, fez o Madureza (equivalente da época ao atual supletivo).

A tendência esquerdista foi herança familiar. Seu avô paterno, Júlio Manfredini, era do PCB. Embora ele não tivesse feito proselitismo com o neto por temer que se tornasse militante, o que era perigoso, a mentalidade política foi transmitida entre as gerações. A família perfilava com a URSS durante a guerra fria. Sua mãe, que não entendia muito de política, era antiamericana. Ele ouvia atentamente as conversas políticas entre o avô e o pai. Assim era o ambiente em que Manfredini cresceu. Com 14 ou 15 anos, sentiu necessidade de buscar um sistema de ideias mais totalizantes que justificassem e dirigissem sua existência e lhe dessem um sentido. Procurou na religião, mas achou que não era a solução. Desejava um sistema voltado para a vida terrena, capaz de ajudar em sua transformação. Acabou aderindo ao marxismo. O caminho para a política, no entanto, não começou no Partido Comunista, mas numa organização revolucionária – a Ação Popular (AP) – criada em 1962 a partir de uma ala de esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC). Manfredini aderiu à AP no início de dezembro de 1966, três meses antes de completar 17 anos. Uma reunião na casa da jornalista Teresa Urban, em companhia dos colegas de colégio Celso José Gorski e Paulo Sá Brito, selou essa adesão.

Com o tempo, o movimento foi se radicalizando. A partir da promulgação do Ato Institucional Número 5, Manfredini viu-se obrigado a entrar na clandestinidade. Escondeu-se na zona rural do Norte do Paraná, onde trabalhou como camponês nos primeiros meses de 1969. Em maio, seguiu

para São Paulo, onde foi preso em julho pela recém-criada Operação Bandeirante, precursora do DOI-Codi. Ali, foi posto do pau-de-arara, levou safanões e choques elétricos. Uma briga entre os órgãos da repressão política permitiu que, dias depois, ele fosse solto por equívoco. Passou o segundo semestre escondido em Piracicaba e São Paulo e depois foi para Salvador, onde chegou em 30 de dezembro daquele ano. Todo esse percurso, Manfredini e seus companheiros realizaram sob orientação da AP. As atividades da organização, no entanto, andavam devagar. A repressão política crescente obrigava que os encontros entre militantes ocorressem nas ruas, sempre caminhando. As reuniões eram feitas em casas clandestinas – os aparelhos – sob forte segurança. Os cuidados com a segurança pessoal eram permanentes e dirigiam a vida dos militantes, sempre atentos. Como naquele momento a AP, ao contrário de outros grupos, não pegou em armas contra o regime e, portanto, não fez “expropriações”, não tinha dinheiro. Manfredini passou fome em São Paulo e Salvador, onde morou numa favela e, em seguida, no corredor de uma velha pensão. Começou a vender livros de porta em porta, com dificuldade, porque não levava jeito para a coisa. Com a ajuda de um amigo, acabou no jornal *Tribuna da Bahia*, então recém-fundado. Começou no jornal como *copy-desk*, depois foi para a editoria nacional.

A carreira de jornalista

Em maio de 1969, ainda em Curitiba, casou-se com uma militante do partido, que o acompanhou em todo o percurso por São Paulo, Piracicaba (onde permaneceu por dois meses no segundo semestre daquele ano) e Salvador – foi inclusive presa junto com ele. O salário na *Tribuna* era baixo, a situação estava difícil, a repressão política crescia, prisões se sucediam. Em abril de 1971, resolveu retornar para onde tinha raízes. De volta a Curitiba, logo conseguiu emprego como repórter no jornal *O Estado do Paraná*. No mesmo ano, foi preso por 35 dias. O então diretor do jornal, Mussa José de Assis (já falecido), tomou uma atitude corajosa naqueles tempos bichudos em que conhecer um “subversivo” já era motivo para suspeitas: compareceu à Polícia Federal para inteirar-se da situação, o que demonstrava, implicitamente, seu apoio ao colega. Libertado, Manfredini continuou n’*O Estado do Paraná*. Foi julgado e absolvido em março de 1973, junto com outros nomes da esquerda local, como Clair da Flora Martins, Edésio Passos e Walmor Marcelino, entre outros.

Prosseguiu com sua carreira de jornalista em diferentes veículos, alguns de expressão nacional, como os diários *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* e a revista *IstoÉ*. Em 1980, iniciou-se no serviço público estadual, onde foi assessor de imprensa de várias secretarias de Estado e membro do Conselho de Comunicação Social do governo José Richa, aposentando-se em 2010.

Após o retorno a Curitiba, apesar de estar de volta às suas raízes e, portanto, mais seguro, Manfredini viu-se forçado a diminuir suas atividades políticas. Chegara de Salvador como militante

extremamente visado pelas forças de segurança. A princípio, não conseguiu sequer tirar a Carteira Nacional de Habilitação, pela falta de um atestado de bons antecedentes. Acabou obtendo a CNH por interferência do diretor do Detran, Marcos Prado, que conhecia Manfredini das coberturas jornalísticas.

Em 1973, a Ação Popular sofreu um processo nacional de repressão política, o que a fez diminuir muito. Sem os antigos contatos e muito visado, Manfredini chegou a receber cartas de ameaça do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Um dos poucos contatos que manteve na época foi um encontro, em São Paulo, nos primeiros dias de setembro de 1973, com o ex-deputado catarinense Paulo Stewart Wright, um dos dirigentes nacionais da AP, que seria preso dias depois. Hoje, Paulo, irmão do reverendo James Wright, está na lista de desaparecidos do regime militar. Por esse período, a maioria da AP incorporou-se ao PCdoB, mas esse processo só viria a ocorrer em Curitiba no final da década. Até então, o PCdoB não existia na cidade, e a AP estava desarticulada.

A atuação política de Manfredini nesse período restringiu-se à política sindical e reuniões isoladas. Apenas em 1977 ele tentou retomar a militância, mas logo foi preso, em 1978, no caso que ficou conhecido como o dos “onze intelectuais de Curitiba”, acusados de ensinar marxismo a crianças de uma pré-escola. Dias antes, Manfredini, repórter no *Jornal do Brasil*, entrevistara em Ponta-Grossa o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, comandante do Décimo Terceiro Batalhão de Infantaria Blindada, que criticou duramente o governo Geisel, pedindo redemocratização. Manfredini estava acompanhado pelo jornalista Hélio Teixeira, então repórter da revista *Veja*. A entrevista levou o militar à prisão por 30 dias e contribuiu para a prisão de Manfredini junto com os demais intelectuais em 18 de março de 1978.

Entretanto, nessa época, a ditadura já estava muito desgastada. A oposição ao regime entrou na luta pela anistia. Aos poucos, a situação foi se amainando, com as eleições diretas para governadores e o movimento Diretas-Já, até o fim da ditadura, com a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985. Manfredini participou ativamente de todos esses movimentos. Naquele ano, o PCdoB, ao qual passara a pertencer, conquistou a legalidade. Três anos depois, candidatou-se a vereador pelo partido, mas não se elegeu, embora tivesse boa votação.

Companheiras

Seu primeiro casamento terminou de forma trágica e publicamente conhecida. O casal teve um filho em 1974 e separou-se um ano depois. A mãe forçou o afastamento do filho, criado distante do pai. Quando o filho tinha 20 anos, em junho de 1994, ela o matou a tiros no Hospital Oswaldo Cruz, em São Paulo – segundo ela, a pedido do próprio, que teria uma doença grave. Em seguida, tentou o suicídio. Mas sobreviveu, foi presa, meses depois saiu para responder o processo em liberdade e acabou se suicidando um ano depois.

Teve uma segunda união em 1976, com a jornalista Adélia Maria Lopes, depois uma terceira, com a também jornalista Ruth Bolognese, com quem teve uma filha, Ana Clara, nascida em 1983, hoje casada e mãe dos seus dois netos: Vicente, nascido em 2009, e Inácio, em fevereiro de 2015. Seguiram-se mais duas relações estáveis de alguns anos. Atualmente, Manfredini está solteiro.

A aposentadoria, para Luiz Alberto Amaral Manfredini, não significa inatividade: “Tenho 65 anos e já vivi a maior parte da minha vida. Tenho algumas coisas ainda a fazer e me sinto tangido a não perder tempo”. Suas “coisas a fazer”, basicamente, significam escrever. Ele já publicou vários livros: “Albânia – Horizonte vermelho nos Bálcãs”, em 1985 (escrito sob uma visão que acredita estar superada); “As moças de Minas – uma história nos anos 1960”, publicado em 1989 e reeditado com revisão e ampliação em 2008, sobre a repressão política a jovens da AP em Belo Horizonte de 1969 a 1971 e que tem como cenário a história do golpe militar e da resistência ao regime subsequente; e “Memória de Neblina”, romance sobre a juventude dos anos 1960 lançado em 2011. Em 2012, produziu, para a Fundação Maurício Grabois, ligada ao PCdoB, o livro “Vidas, veredas: paixão”, memória da saga de militantes comunistas no Brasil a partir do início dos anos 1960. Atualmente, está preparando a publicação de “Retrato no entardecer de agosto”, romance histórico baseado na vida de Dr. Faivre, que entre 1847 e 1858 tentou construir um falanstério (comunidade socialista baseada nas ideias do filósofo francês Charles Fourier). Na região onde hoje está o município de Cândido de Abreu – na época, sertão fechado –, Dr. Faivre criou uma comunidade coletiva com 63 franceses (que, afinal, debandaram, abandonando a comunidade). Enquanto isso, trabalha na biografia de Wilson Bueno e escreve um novo romance.

Da sua bibliografia, consta ainda um trabalho realizado para a Secretaria Estadual da Cultura: “Sonhos, utopias e armas”, conjunto de textos sobre os confrontos que estiveram na base da construção do Paraná, desde 1821, com as primeiras articulações para a criação da província, até a campanha pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor. E ainda a coleção “Empreendedores do Paraná”, em quatro volumes, com o perfil de mais de 45 empreendedores industriais, trabalho realizado para a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Para tornar-se mais produtivo, Manfredini costuma passar períodos na casa de praia da família no litoral do Paraná. É ali que avança com maior rapidez no trabalho de escrita.

Além de escrever, Manfredini gosta de ler – e cita a frase de um amigo para justificar sua predileção: “Ler é melhor que viver”. Também aprecia os faroestes clássicos dos anos 1950-60 e é torcedor do Atlético Paranaense – para ele, a televisão é instrumento de lazer que lhe possibilita ver filmes e assistir ao futebol. Quanto ao noticiário, prefere acompanhar pela internet.

Socialismo

Para o comunista, a utopia socialista se mantém viva, embora reciclada. O capitalismo não

tem saídas – não que vá falir hoje ou amanhã, mas o sistema cujo centro é a maximização do lucro privado não tem futuro, enfrenta crise após crise. A sociedade precisa ter como núcleo o contrário – o atendimento ao conjunto das necessidades da sociedade – e deve ser distributiva, em vez de concentradora de renda, posses e poder. Tal sociedade chama-se socialista, defende. O século 20 teve várias experiências socialistas. Aquelas instauradas no Leste Europeu, todas de matriz soviética, fracassaram. Para Manfredini, as lições extraídas desse fenômeno estão aprimorando e requalificando o projeto socialista. Uma das lições: não há modelo único de socialismo, válido para todos os países. “O socialismo tem princípios gerais que, aplicados em realidades diferentes, geram modelos de socialismo diferentes. Não cabe mais a ideia do modelo único, que tende a engessar a sociedade numa forma que quase sempre não condiz com suas peculiaridades históricas e culturais e torna-se caldo de cultura para totalitarismos”. Outra lição: a transição do capitalismo ao socialismo não é tão breve e simples como se pensava. É longa e varia de país para país, com os elementos socialistas substituindo gradativamente os capitalistas. “Os chineses falam em cem anos para essa primeira fase de transição”, afirma. Para Manfredini, a China está dando uma grande lição de como construir um socialismo com características locais, também se aproveitando de alguns elementos ainda dinâmicos do capitalismo. “Mas tudo visando aprofundar o socialismo, não o capitalismo”, explica. Outra lição: “As primeiras experiências socialistas ficaram devendo ao processo democrático porque foram muito voluntaristas, achando que estavam com absoluta razão, e impuseram seus sistemas ao conjunto da sociedade. O socialismo não pode ser assim. É preciso um consenso social que não pode ser obtido pela força, mas pelas ideias e pelo exemplo. A democracia foi prejudicada nas primeiras experiências socialistas do século XX”, expõe Manfredini, que esteve em Cuba e na Albânia. Para ele, a utopia socialista se preserva como projeto civilizatório que se enriquece com a realidade.

Admirador de Cuba, ele crê que o país de Fidel teve um processo civilizatório exemplar, assim como a solidariedade internacional da ilha. “Fidel Castro é uma das maiores personalidades do século 20, admiro muito o que ele foi capaz de fazer lá”, afirma sem vacilar, citando indicadores sociais que considera “incríveis”. Ele elogia o reatamento de relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos, mas destaca que isso foi vitória do povo cubano, que por 53 anos resistiu ao terrível bloqueio que lhe foi imposto e ainda não foi levantado.

Quanto ao Brasil, acredita que está melhorando, na medida em que, desde 2003, vem aplicando um projeto desenvolvimentista com ampla inclusão social. A criticar, entre outros aspectos da vida nacional, o papel da mídia, que faz o jogo da elite dominante. “O Brasil precisa superar seus gargalos lutando contra uma visão neoliberal que tenta voltar e que conta com o apoio da elite e da mídia e de poderosos interesses estrangeiros. Com isso, será uma grande e poderosa nação, uma nação democrática, justa, próspera e soberana”.